

COMBUSTÍVEIS

Alíquota menor do imposto sobre o óleo barra queda de preço, enquanto valor da gasolina tem forte recuo. Caminhoneiros apontam distorção e especialista vê risco para a inflação

# Redução do ICMS não atinge diesel e restringe benefícios



ROGER DIAS

Menos de duas semanas após os governadores assinarem o decreto que reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da gasolina, o mercado de combustíveis no Brasil já teve seu primeiro impasse. A medida de limitar os tributos estaduais contribuiu para que a própria gasolina sofresse os efeitos positivos, com redução significativa no bolso do consumidor, mas o preço do diesel ficou praticamente inalterado nas bombas nos últimos dias. Segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a média do litro do combustível para veículos pesados em Belo Horizonte na última semana foi de R\$ 7,42, enquanto a gasolina teve preço médio de R\$ 6,25, já modificação pela redução do ICMS.

Historicamente a alíquota do imposto estadual sobre o óleo diesel é mais baixa que a praticada na gasolina exatamente para reduzir o custo do transporte de cargas no Brasil, que é feito majoritariamente por rodovias (62%). Enquanto em Minas o ICMS sobre a gasolina era de 31% e foi reduzido para 18%, o do diesel é de 15%, ficando abaixo do limite estabelecido pela Lei Complementar 194, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que justamente obriga os estados a adotarem o teto para gasolina.

Em 2022, os aumentos praticados pela Petrobras ocorreram em percentual maior para o diesel em relação à gasolina – em março, o diesel subiu 24,9% e a gasolina 18,8%, e em junho o prêmio foi reajustado em 14,28% e o segundo em 5,18%. Foram quatro reajustes seguidos para o combustível destinado a veículos pesados, enquanto para os automóveis leves foram três aumentos nas refinarias. Em média, hoje, o diesel é vendido às distribuidoras por R\$ 5,61, enquanto a gasolina custa R\$ 4,06.

Quem sofre diretamente com os efeitos da distorção do preço do diesel são os caminhoneiros. O presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais (Sindtanque-MG), Irani Gomes, se revolta com o tratamento dado à classe. No mês passado, logo após o anúncio de novo reajuste feito pela Petrobras, a categoria foi à Brasília para buscar documentos e exigir explicações da entidade no que diz respeito aos preços praticados no mercado.

Segundo ele, a possibilidade de nova greve será novamente discutida nos próximos dias, o que pode levar ao desabastecimento de combustível em várias cidades. "O preço médio do diesel está em R\$ 7,60, em Minas Gerais,

e, em alguns postos fora do Grande BH, chegou até a R\$ 8,60. A categoria está revoltada com o fato de a redução do ICMS não ter atingido o preço desse combustível. Então, essa semana será muito decisiva. Caso não tenha uma mudança a favor desses trabalhadores, faremos uma paralisação geral", afirmou Gomes.

**INFLAÇÃO** O diesel se tornou um item importante para a definição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sobretudo no aumento do custo dos fretes em todo o território nacional. Em junho, de acordo com o IBGE, o produto obteve variação positiva de 3,82%, impactado sobretudo pelo aumento de 24,9% anunciado pela Petrobras. A variação no ano já é de 33,39%, enquanto o acumulado dos últimos 12 meses foi de 56,36%.

Antes, o fato de o diesel ser mais barato favorecia a circulação de mercadorias e a ideia era sempre fazer com que o custo dos fretes embutido no preço das mercadorias fosse menor. No entanto, essa questão do diesel ser mais barato só era viável por causa dos custos de produção e dos preços internacionais. Por outro lado, o diesel mais caro impacta na inflação maior e consequentemente de bens e serviços, principalmente aqueles que são intensivos em transporte. A gasolina favorece o usuário do automóvel particular, mas não favorece os consumidores de bens em geral", explica o professor de MBS da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Robson Gonçalves.

Para o especialista, faltam intervenções de longo prazo que visam organizar melhor o preço dos combustíveis no Brasil. "Não se pode simplesmente improvisar ações para apagar um incêndio. Há 20 anos, era preciso ter constituído um fundo com parte dos lucros da Petrobras ou mesmo com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que já foi cobrada e não existe mais. Esses fundos deveriam ser usados para a estabilização de preços. Quando a Petro-

bras precisasse repassar os preços internacionais para o mercado interno, esse recurso poderia pagar uma parte, amortecendo o impacto na bomba, quanto de gasolina ou diesel". A Petrobras tradicionalmente importa um percentual de petróleo para transformá-lo em diesel, a fim de abastecer o mercado interno, pois a capacidade de produção em suas refinarias não dá conta de suprir a demanda. Atualmente, a Petrobras gasta em torno de US\$ 30 com o custo de exploração de petróleo e refino no do barril de petróleo. Já o preço internacional varia entre US\$ 100 e US\$ 125.

"A quantidade de diesel produzido pela Petrobras nem dá conta de atender entre 75% e 80% da demanda total de todo o país. Temos uma grande produção, mas não conseguimos abastecer toda a demanda. Se ela aumentasse um pouco a produção de diesel, ainda assim nunca conseguiria chegar na capacidade total. Mas poderia aumentar 5 ou 10 pontos percentuais e chegar a 90%. De qualquer forma, o restante seria importado em preços mais elevados, o que afeta o consumidor final nas bombas", afirma Rodrigo Zingales, diretor-executivo da Associação Brasileira de Revendedores de Combustíveis Independentes e Lites (Abrilivites).

Ele entende que a própria estatal e suas distribuidoras deveriam ser investigadas para que o subsídio chegue realmente ao bolso do consumidor final. "As Petrobras e suas distribuidoras não passam a integralidade da redução dos tributos. Isso precisa ser investigado pelos Procons, pela ANP e pelo Ministério de Minas e Energia. O posto de combustível não é contribuinte do imposto federal e o ICMS. O governo diz que vai fiscalizar os postos por não baixarem os preços, mas eles não pagam os tributos. Já compram o combustível com mais ou menos impostos já incluso. Em contrapartida, as distribuidoras deveriam ser questionadas pelo motivo de o combustível chegar tão caro".

## PRESSÃO NAS BOMBAS

Últimos reajustes anunciados pela Petrobras – Preços nas refinarias

### GASOLINA



### DIESEL



## PREÇOS MÉDIOS EM MG

CIDADE	REGIÃO	DIESEL	GASOLINA
Barbacena	Campo das Vertentes	R\$ 7,50	R\$ 6,91
Belo Horizonte	Metropolitana	R\$ 7,42	R\$ 6,25
Governador Valadares	Leste	R\$ 7,55	R\$ 6,52
Juiz de Fora	Vale do Aço	R\$ 7,55	R\$ 7,18
Montes Claros	Zona da Mata	R\$ 7,49	R\$ 6,88
Ourinhos	Norte	R\$ 7,38	R\$ 6,18
Outro Preto	Central	R\$ 7,67	R\$ 6,29
Pará de Minas	Central	R\$ 7,69	R\$ 6,94
Pouso Alegre	Sul	R\$ 7,44	R\$ 6,50
Varginha	Sul	R\$ 7,68	R\$ 7,08
Uberaba	Triângulo	R\$ 7,56	R\$ 6,39
Uberaba	Triângulo	R\$ 7,49	R\$ 6,41

Fontes: Petrobras e ANP

# Petrobras diz praticar preços competitivos

A Petrobras alega estar ciente do momento em que o Brasil está enfrentando, além de conhecer os reflexos que os preços dos combustíveis têm na vida dos cidadãos. A estatal lembra que, para formação do preço na bomba, ainda são adicionadas parcelas da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina e biodiesel no diesel produzidos nas refinarias, além de custos e margens de distribuição e revenda. "Ele entende que a própria estatal e suas distribuidoras deveriam ser investigadas para que o subsídio chegue realmente ao bolso do consumidor final. As Petrobras e suas distribuidoras não passam a integralidade da redução dos tributos. Isso precisa ser investigado pelos Procons, pela ANP e pelo Ministério de Minas e Energia. O posto de combustível não é contribuinte do imposto federal e o ICMS. O governo diz que vai fiscalizar os postos por não baixarem os preços, mas eles não pagam os tributos. Já compram o combustível com mais ou menos impostos já incluso. Em contrapartida, as distribuidoras deveriam ser questionadas pelo motivo de o combustível chegar tão caro".

A Petrobras alega estar ciente do momento em que o Brasil está enfrentando, além de conhecer os reflexos que os preços dos combustíveis têm na vida dos cidadãos. A estatal lembra que, para formação do preço na bomba, ainda são adicionadas parcelas da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina e biodiesel no diesel produzidos nas refinarias, além de custos e margens de distribuição e revenda. "Ele entende que a própria estatal e suas distribuidoras deveriam ser investigadas para que o subsídio chegue realmente ao bolso do consumidor final. As Petrobras e suas distribuidoras não passam a integralidade da redução dos tributos. Isso precisa ser investigado pelos Procons, pela ANP e pelo Ministério de Minas e Energia. O posto de combustível não é contribuinte do imposto federal e o ICMS. O governo diz que vai fiscalizar os postos por não baixarem os preços, mas eles não pagam os tributos. Já compram o combustível com mais ou menos impostos já incluso. Em contrapartida, as distribuidoras deveriam ser questionadas pelo motivo de o combustível chegar tão caro".

uma média móvel do ICMS dos últimos 60 meses do preço do diesel. Por sua vez, a gasolina tem estimativa de redução de 24%, passando de R\$ 7,61 para R\$ 5,76 por litro com interferência direta de diversas variáveis: Pós-Cofins (R\$ 0,69), Teto ICMS (R\$ 0,87) e média móvel dos 60 meses anteriores (R\$ 0,30). "As medidas da Lei Complementar 194 e do decreto da redução do

ICMS não se aplicam ao diesel, uma vez que a alíquota do diesel em Minas é de 15%, abaixo do teto estabelecido pelo decreto. E como os impostos federais já estavam zerados desde o ano passado não há impacto para o diesel", alega o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais (Sindcompet) sobre a política de preços dos postos mineiros. (RD)

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

### Redução do ICMS distorce mercado

MARCILO DE MORAIS

Redução de preços feita de forma apressada e sem o equacionamento de todos os fatores que compõem valores, principalmente de serviços públicos, pode estar fadada a ter curta duração, mesmo considerando o caráter permanente da alíquota do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) limitada. Isso porque a própria dinâmica da economia pode neutralizar a redução caso a inflação continue a acelerar e pressione os reajustes, assim como os efeitos do conflito da Rússia com a Ucrânia. Hoje, o petróleo está abaixo de US\$ 100 o barril do tipo Brent, mas esse valor pode voltar a subir novamente caso novas restrições sejam tomadas em relação aos russos. De imediato, a mudança fiscal diminui o valor dos produtos nas bombas, para alívio dos motoristas, mas para a população que não tem carro, o efeito pode ser mais inflação, devido ao custo maior do diesel, historicamente com valor inferior à gasolina por abastecer a frota de caminhões que transportam mais de 60% dos produtos que circulam no país, com o valor do frete influenciando nos preços desses itens. A redução dos impostos não alcançou o diesel, hoje valendo 18% mais do que a gasolina, sendo que sempre foi mais barato para permitir a circulação de mercadorias com custo mais baixo.

## PLANOS DE SAÚDE

A Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) estima aumento de pelo menos 6,6% nas mensalidades dos planos de saúde com a aplicação do piso salarial da enfermagem, que também impactaria em R\$ 6,2 bilhões às Santas Casas e hospitais filantrópicos no Brasil. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/22, que estabelece o piso, tramita no Congresso. A PEC, de autoria do senador Eliane Gama (Cidadania-MA), visa corrigir o suposto "vício de iniciativa", quando um dos poderes não tem competência para determinado ação – e entrar o suspensão, na Justiça, do piso definido pelo Projeto de Lei 2.564/20, já aprovado, inserindo a garantia na Constituição. A PEC fixa o piso salarial de enfermeiros em R\$ 4.750 e o de técnicos de enfermagem em R\$ 3.225. Assinadas por enfermeiros e parteras receberiam R\$ 2.375. A CNSaúde estima um aumento médio de 84,8%, no país, para enfermeiros e técnicos de enfermagem, com custo anual de R\$ 11,4 bilhões para os planos de saúde. "Isso vai chegar ao bolso do consumidor muito rápido", afirmou Bruno Sobral, secretário-executivo da entidade.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Economia **Página:** 9